

A METROPOLIZAÇÃO NOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO*

Amália Inés Geraiges de Lemos

RESUMO

O Trabalho faz uma análise do que se considerava Terceiro Mundo e hoje chamado o Sul pobre.

A partir desse momento se dedica ao estudo dos diferentes períodos teórico-metodológicos que definiram o espaço fazendo referência à metrópole. Diversas concepções são analisadas nas relações da sociedade e o meio no conceito de metrópole.

Finalmente delimita os processos de metropolização do Terceiro Mundo em três períodos. O primeiro, o da formação do mercado internacional cujo centro de comando era Inglaterra, denominada de metrópole do período industrial, destacando-se Rio de Janeiro, Buenos Aires, Havana. Este período pode-se limitar nos anos de 1940, onde mencionamos também São Paulo, México, Santiago, Calcutá entre outras. O segundo, o grande momento dos processos de urbanização e metropolização (1950 a 1990). Várias das metrópoles estão entre as maiores do mundo. O Terceiro período, no mundo globalizado, a metrópole mundial, o espaço sendo produto dessa nova situação geográfica.

“Por mais de um século nós ficamos atrás do próspero Ocidente, atrás das suas carruagens, sufocados pela poeira, aturdidos pelo barulho, humilhados pela nossa própria impotência e assoberbados pela velocidade. Concordamos em admitir que este avanço da carruagem foi o progresso e o progresso foi civilização. Se por acaso nos arriscássemos a perguntar para que e para quem esse progresso, o fato de nutrirmos essas idéias sobre o absolutismo do progresso seria considerado algo peculiar e ridiculamente oriental. Recentemente, uma voz chegou até nós nos dizendo para levarmos em conta não apenas a perfeição científica da carruagem mas a profundidade dos buracos que encontra no seu caminho.”

(Rabindranath Tagore, escritor Bengali, Prêmio Nobel de Literatura).

EM BUSCA DE UM CONCEITO DE TERCEIRO MUNDO

Iniciaremos esta aula citando Boaventura de Souza Santos que se firmando em Chaim Perelman diz: “... se o pensamento clássico privilegiou as metáforas espaciais, o pensamento mo-

(*) Aula proferida pela autora, em 28.11.1997 no Salão Nobre da FFLCH da USP, por ocasião de sua Prova Pública Oral de Erudição, no Concurso para Professor Titular do Departamento de Geografia.

dermo privilegia as metáforas temporais. De fato, assim parece ser. A metáfora fundadora do pensamento moderno é a idéia de progresso e dela decorrem aquelas em que assentam as ciências sociais, nomeadamente a metáfora do desenvolvimento, do desenvolvimento pessoal para a psicologia, ao desenvolvimento para a ciência política, passando pelo desenvolvimento sócio-econômico para a economia e a sociologia. O privilegiar das metáforas temporais e portanto do tempo, levou que a História aspirasse legitimamente a ser concebida como a ciência social global na qual todas as demais ciências sociais teriam seus fundamentos." (1991, p. 63). O século XIX denominou-se o século da História porquanto além de ter seu próprio desenvolvimento acelerado entrava em todas as outras ciências em que se falasse do homem. O século XX é o século da lingüística pelo êxito dos seus métodos de estudo que foram influenciando outros ramos do saber. Mas também há um renascimento do espaço, voltando a mencionar o trabalho de Souza Santos, que segundo o autor seria uma identidade da emergência do pensamento pós-moderno. "Mas a emergência do espaço é visível em todas as ciências sociais e na própria filosofia. A Geografia, que é por excelência a ciência do espaço, testemunha bem esta transformação intelectual e cultural." (op. cit., p. 63).

Reafirmando nossa preocupação com o espaço procuraremos uma explicação epistemológica para a existência das metrópoles num processo que atinja esta realidade nos países do Terceiro Mundo.

"O domínio da realidade só é dado aos homens por meio de dois procedimentos bem distintos. Desde Adão os homens não cessam de dar nomes às coisas (freqüentemente seus próprios nomes) e, o resto do tempo, as destroem para ver como são por dentro. Poderíamos construir, a

partir daí, duas belas metáforas da teoria e da prática." (Albuquerque, 1986, p.1).

Nessa ação constante entre a teoria e a prática há uma só preocupação: atingir o objeto que nos preocupa numa relação de destruição e reconstrução. Ao montar esse quebra-cabeças nunca há uma montagem absolutamente igual ao que existia, e agora começa a nova preocupação de como funciona esse novo objeto. "... Sempre existe transformação, produção de um novo objeto, devorante dominado, tanto na ordem das coisas como na ordem do pensamento." (Albuquerque, op. cit., p. 2). Há na exposição dessa relação, dessa metáfora antes descrita, dois níveis, o do trabalho e o do pensamento, existe uma produção e um processo.

No recorte dessa base teórica nos perguntamos:

O TERCEIRO MUNDO EXISTE AINDA HOJE?

Embora todos conheçamos a origem do termo-ideia nascida em Alfred Sauvy em 1952, num artigo de jornal que ele rotulou "Três Mundos, um planeta". No artigo do Sauvy – jornalista além de demógrafo – ele se expressa: "Costumamos falar da existência de dois mundos, da possível guerra entre eles, de sua coexistência etc., muitas vezes esquecendo que existe um terceiro, o mais importante, e cronologicamente o primeiro. É o conjunto dos que são chamados, no estilo Nações Unidas, países subdesenvolvidos". Posteriormente escrevendo como demógrafo afirma que o crescimento demográfico exagerado dessa terceira parte do mundo faz com que "...a pressão aumente constantemente na caldeira humana (...) impulso lento e irresistível, humilde e feroz em direção à vida. Pois enfim esse Terceiro Mundo ignorado,

explorado, desprezado, tal como o Terceiro Estado, também quer ser alguma coisa. ” (citado por Lacoste, 1985, p. 70).

O conteúdo mesmo do texto referia-se à disputa entre o capitalismo e o comunismo nos primórdios da Guerra Fria; hoje assume mais uma concepção pejorativa ou de solidariedade, diferentemente do que tinha no início de sua utilização. Nascido para designar uma série de países localizados em duas grandes regiões, sul e sudeste da Ásia, e nos países islâmicos e árabes – interessante que a partir de um artigo jornalístico de Paris, se expanda o conceito e se torne prelo de conteúdo político tanto seja no Cairo, em Havana ou em Pequim. A partir de 1961 designava-se com este rótulo, àqueles que se consideravam “não alinhados” frente às duas grandes unidades geopolíticas surgidas no pós-guerra (1945).

Interessante também considerar que a rotulação “Terceiro Mundo” tome identidade própria e intelectuais, políticos e estudiosos de importância internacional adotem esta denominação para enfrentar à dos economistas que dividiam o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Interessante também é aqui citar Lacoste que diz: “Terceiro Mundo enfatiza a sua unidade e dela faz uma força, uma imensa entidade histórica, o campeão, o herói, também a vítima de lutas titânicas.” (1985, p. 70).

Deve-se mencionar também que junto a todos os movimentos políticos, sociais, culturais e econômicos que aconteciam nos anos 60, estavam se produzindo os grandes processos de urbanização e metropolização no Terceiro Mundo e esta situação estava se materializando no espaço e criando novas realidades que num primeiro momento admiraram, aproveitaram e logo apavoraram as elites políticas do Primeiro Mundo.

Atualmente se utiliza para denominar todos os países pobres do mundo. Assim entrariam

nesta rotulação quase todos os países da Ásia, da África e da América Latina. Realidades absolutamente diferentes mas com alguns pontos em comum. No dizer de Anouar Abdel-Malek, egípcio-francês, o Terceiro Mundo é concebido ainda como um espaço histórico, geográfico, político, social, econômico não precisamente definido. É entretanto um conjunto de formações sócio-espaciais que tem algumas características comuns, que poderíamos citar: os poderes exorbitantes das minorias da elite privilegiada, subordinação frente às economias dos países desenvolvidos, distribuição desigual das rendas internas, explosão demográfica (embora não em todos, como no Chile, Argentina, Uruguai, entre outros), e o problema do emprego.

Com características comuns ou diferenciadas este grande conjunto alberga 4 bilhões de habitantes e uma quantidade muito grande de estados (150?), muitos deles insulares, como no Caribe e sobretudo no Pacífico e na África. “É importantíssimo levar em conta a dimensão dos Estados: o tamanho de seu território e, sobretudo, o contingente da sua população” (Lacoste, 1991, p. 117). Estados territorialmente grandes como China, Índia, o Brasil; Estados com populações de centenas de milhões além da Indonésia, Bangladesh, e com populações reduzidas como Uruguai, Argentina. Estas formações sócio-espaciais se estendem praticamente por todas as zonas climáticas da terra, embora apresentem maior expansão nas regiões tropicais, motivo pelo qual se chegou a considerar, equivocadamente, como uma das causas do subdesenvolvimento desses países a sua localização nesta zona.

Ives Lacoste, que estuda os problemas do Terceiro Mundo desde a década de 60, escreve em 1985 um livro intitulado *Contra os anti Terceiro Mundistas e Contra certos Terceiros Mundistas* e nele manifesta as polêmicas levadas

tadas no Primeiro Mundo, em especial na França com relação ao tema. Há sem dúvida um componente de preconceito em relação à quantidade de imigrantes desta pobre região do mundo que habitam nesse país e que envolve por sobre todas as coisas questões políticas.

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o surgimento de uma nova realidade geopolítica no mundo, hoje se fala em uma nova divisão, enfatizando as diferenças entre os países do Norte (30?), ricos e os do Sul pobres.

CRESCIMENTO DAS DESIGUALDADES, NORTE E SUL

Pobreza e desigualdade aumentam no mundo de hoje: de um lado, são cada vez acentuados entre o Norte e o Sul; de outro, contrastes crescentes no interior dos países, pois a década de 80, longe de contribuir para diminuir a desigualdade, aprofundou o abismo existente. Chegou-se mesmo a falar da década da mundialização das diferenças.

Que significa ser "pobre"? Ser pobre não é unicamente dispor de poucos recursos monetários: trata-se também de viver numa sociedade em que as "redes de segurança" previdenciárias não existem, ou quase não existem condições ambientais pertinentes à qualidade de vida. Além do mais, uma avaliação estritamente monetária da pobreza (ou da riqueza) não leva absolutamente em conta aquilo que é produzido e é diretamente consumido, sobretudo no campo. Tal avaliação "apaga" as desigualdades sociais ou regionais, na medida em que revela somente as médias.

A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Milton Santos afirma "...a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma

categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social." (1979, p.10).

A pobreza urbana, concentrada nas metrópoles, trouxe um sinal de alarme e uma preocupação exacerbada com a explosão demográfica nos países subdesenvolvidos, pela criação de um desequilíbrio no plano dos recursos. Criou-se um verdadeiro fetichismo na relação entre as taxas de crescimento e o PNB.

O Terceiro Mundo materializou em suas cidades a pobreza da vida rural trazida pelos migrantes, fazendo com que os cientistas sociais inventassem uma série de qualificativos – explosão urbana, pseudo urbanização, urbanização caótica – para explicar o fato de que a cidade é incapaz de prover trabalho a grande número de habitantes.

Hauser, em 1962, faz uma relação entre urbanização e pauperização dizendo: "...se os ritmos elevados de urbanização persistirem nas regiões subdesenvolvidas, terão por efeito agravar, ao invés de suavizar a pobreza e a miséria atuais das cidades." (citado em Santos, op.cit., p.17).

No entanto, é bastante evidente que a enorme massa dos "pobres" do mundo vive no hemisfério sul. Estão concentrados ainda majoritariamente na Ásia meridional, leste e o sudeste da Ásia: Índia, China, Vietnã, Camboja e Filipinas.

A América Latina e o Caribe concentram 7% dos pobres do terceiro mundo, morando em favelas e nos cortiços, áreas centrais e cinturões periféricos das grandes cidades.

O Oriente Médio e a África do norte contam "apenas" com 60 milhões de pobres, mas o fenômeno tende a se agravar em alguns países como o Iraque e a Argélia.

A situação mais preocupante por sua evolução é, de longe, a da África subsaariana, que conta somente com 12% da população do mundo em desenvolvimento, embora já constitua 16%

dos pobres do Terceiro Mundo. E a indignação se agrava a cada ano no continente negro – assolado pela seca, pela fome e pelas guerras –, a tal ponto que o centro de gravidade da pobreza no mundo vem se deslocando lentamente da Ásia para a África (*O Mundo Hoje*, 1993, p. 444).

Um outro núcleo de pobreza hoje se encontra na Europa oriental. Manuel Correia de Andrade, considerando a nova ordem mundial, afirma que pode ser também considerada como uma desordem, face à desorganização provocada pela mudança e as dificuldades que terão os países ex-socialistas de se adaptarem e certamente serão degradados ao nível de Terceiro Mundo (1993, p.14). Após o desmoronamento da antiga ordem econômica e da desagregação dos estados que constituíam essa região e sangrentas guerras entre os povos autóctones, houve um empobrecimento crescente.

Nas décadas de 60 a 80 verificou-se uma diminuição da miséria, do analfabetismo e da mortalidade infantil na maior parte dos países do Terceiro Mundo; chegou a aumentar a renda média per capita e o consumo cresceu sensivelmente. Mas, a denominada “década perdida”, que se inicia nos anos 80, trouxe uma ruptura nesse crescimento especialmente para a África subsaariana e para a América Latina. As políticas econômicas e financeiras de ajuste estrutural imposta pelos organismos internacionais (leia-se FMI) tiveram um custo humano extremamente elevado. O corte dos gastos públicos a que foram submetidos os países trouxe junto o sacrifício de políticas educacionais e de saúde, representando um agravamento dos problemas já endêmicos e que sempre atingem os mais pobres.

A contenção de gastos públicos exigida pelo FMI impôs uma reciclagem nos postos de trabalhos, aumentando os incluídos no setor informal,

clandestinos, e outras formas de trabalho nos quais os rendimentos e a segurança sempre são inferiores. Nas grandes cidades o fechamento de escolas, postos de saúde, ambulatórios, etc., além de deixar muita gente sem emprego, aumentou as carências e a fome.

Não podemos ignorar a queda da cotação dos produtos básicos que não foram mais subsidiados, arruinando muitos agricultores e provocando um reaquecimento do êxodo rural e aglomeração nas favelas. O agravamento da má nutrição entre as crianças e a queda de frequência escolar também são produtos dessa época.

A emigração para as cidades significou uma forma de poder subsistir a toda essa problemática. Não podemos esquecer que muitos agricultores de pequeno e médio porte, endividados pelos altos juros bancários e a inflação acelerada, especialmente na América Latina, perderam as suas propriedades e foram vender seu trabalho nas metrópoles também empobrecidas dos países deste continente.

Enfim, dentro dessa diversidade de situações que o Terceiro Mundo apresenta e que não é de nosso âmbito exauri-las nesta aula, tomaremos um indicador de pobreza que serviu durante muito tempo de elemento delimitador. Estamos nos referindo ao conceito de renda per capita, índice muito parcial que só mostra um elevado grau de abstração das situações sócio-econômicas que se desejam comparar. Sabemos também que há países em que uma alta renda “per capita” não é expressão das boas condições de vida da população em geral, mas antes de tudo, manifestação do poder do Estado ou da elite privilegiada, já mencionada, do mesmo modo que um PNB “per capita” muito baixo não nos indica o grau de miséria e as conseqüências que essa população vive. Os algarismos mascaram a realidade. De todas

as maneiras, esses indicadores hoje não são mais aceitos pelos grandes organismos internacionais, ONU, FMI, Banco Mundial, entre outros.

A ONU, a partir de 1990, tornou obrigatório, no seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um relatório anual realizado pelas nações membros no qual exige-se a consideração do que significa desenvolvimento humano.

“Desenvolvimento humano é um conceito amplo e integral que pode ser definido como o processo para ampliação da gama de opções e oportunidades das pessoas. Dentro desse espectro três opções básicas estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento e aparecem como condição para as demais: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Contudo, as opções humanas não se esgotam aí; são infinitas e se modificam ao longo do tempo, à medida que avança o próprio processo de desenvolvimento. Assim, para dar conta dessa amplitude, o conceito de desenvolvimento humano deve incorporar as múltiplas dimensões em que se manifestam essas opções: econômica, social, política, cultural e ambiental.” (PNUD, 1996, p. 1). O fundamento real do desenvolvimento humano é o universalismo do direito à vida.

Há que destacar no entanto que este conceito de desenvolvimento humano nasce no início da década de 90 e a divulgação e exigência do PNUD é consequência ou está associada ao ciclo social de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), que se foram realizando nesta década, expressadas tanto na preocupação com o ambiente como com o sentido de desenvolvimento. Um mundo com tantos estados e tantos bilhões de pobres preocupa, realmente, e constitui problema primordial da humanidade nos dias

de hoje. Há que considerá-los, portanto, quando mais não seja, como possíveis consumidores da economia do mundo globalizado.

Enfim, qualquer que seja a denominação que se use, Terceiro Mundo, países do sul, a realidade é uma só: trata-se de uma grande região do planeta onde a fome, as guerras, os conflitos internos, as suas próprias contradições, exigem que se reflita seriamente sobre este espaço.

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O CONCEITO DE METRÓPOLE

Ao analisar a realidade social que é o espaço metropolitano no Terceiro Mundo, não podemos ignorar que se trata de uma “situação geográfica”, na expressão de Pierre George, que a define como “...a resultante, num dado momento – que é, por definição, o momento presente, (...) – de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das seqüelas das situações anteriores.” Também, o autor continua falando da situação mostrando que estas se definem “...pela relatividade das relações entre as ações humanas e o meio” (George, P., 1966, p. 23). O processo do pensamento que significa analisar traz consigo a ação de fracionar o objeto de análise que tratamos de apreender, no qual aparecerão novos objetos. É um jogo epistemológico no qual entraremos, uma viagem epistemológica na qual faremos na relação espaço-tempo a interpretação do conteúdo da metrópole, para posteriormente analisar a metropolização do Terceiro Mundo.

O “campo epistemológico”, segundo Foucault, permite a relação entre os saberes; “a Economia, a Biologia, a Filosofia possuem uma

identidade: todas se relacionam em um único campo. O pensamento contemporâneo começa a esboçar essa identidade referida por Foucault, na medida em que surge uma nova concepção de tempo” (Barbosa, 1995, p. 114).

Elyana Barbosa, num trabalho rotulado *Espaço-tempo e poder-saber: Uma nova Epistémé?* (Foucault e Bachelard), assim nos diz: “A História das ciências aponta, no seu desenvolvimento, para uma certa autonomia, remetendo para um campo de pensamento, na medida em que cada época mostra o que se pode e o que não se pode pensar. Toda ciência se desenvolve no âmbito de uma epistémé”, o que introduz o pensamento na relação com a verdade no campo da história. Uma história do pensamento como processo de objetivação, o que significa problematização, que a autora citando o próprio Foucault nos mostra: “...o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que aparecem num ‘jogo do verdadeiro e do falso’ e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de uma reflexão moral, do conhecimento científico, de análise política, etc.)” (1995, p. 114).

A partir dessa nova forma de concepção da ciência e do tempo ambos os autores estudados por Barbosa vêm a História como “uma história que nunca se esgota, uma história sempre refletida, sempre recomeçada, sempre reescrita” e continua citando (Koyré, 1973, p. 379): “O historiador projeta na história os interesses e a escala de valores de seu tempo; e, a partir das idéias de seu tempo – e das suas próprias –, emprende sua reconstrução. Justamente por isso é que a história se renova, e por isso nada muda tão depressa como o imutável passado”.

A Geografia, nos diz Pierre George, “... é o resultado e o prolongamento da História”, e continua afirmando que sendo historiador do atual, deve, – aplicando métodos próprios – se preocu-

par com os estudos da História materializada no espaço. A cidade – em especial a metrópole – é sem dúvida esse “reescrever” do tempo no espaço, não na sua forma tanto quanto no seu conteúdo (1966, p. 21).

Bachelard, a partir desse repensar a história das ciências e das transformações conceituais que lhe trouxe esta análise, faz referência à interpretação da relação amalgamada espaço-tempo e “mostra como tudo está contra esta idéia – a imaginação, os sentidos, as representações: só vivemos o tempo esquecendo o espaço, só entendemos o espaço suspendendo o curso do tempo, mas a fusão espaço-tempo é uma relação total... (Bachelard, 1929, p. 99 citado por Barbosa, op.cit., p. 114).

A partir do momento em que na Geografia Humana, e em particular na Geografia Urbana, mudou o conceito de espaço absoluto pela relação espaço-tempo, a forma de pensar o espaço urbano, e especialmente metropolitano, trouxe um novo conteúdo à interpretação da realidade.

O espaço não pode mais ser pensado sem o tempo, e este processo é resultado das transformações pelas quais passaram os modos de vida da sociedade nos últimos cinquenta anos. “O desenvolvimento das tecnologias da produção, da informação e da comunicação fez com que se criassem simultaneidades temporais entre pontos cada vez mais distantes no espaço, e esse fato teve um papel estruturante decisivo, tanto ao nível da prática social, como ao nível da nossa experiência pessoal. A ponto de um John Berger afirmar que as pessoas não deviam fazer a sua história, mas antes a sua geografia” (Souza Santos, op. cit., p. 63).

Souza Santos continua seu trabalho analisando as circunstâncias atuais de uma nova axiologia (se é que se pode falar assim) das disciplinas e nos diz: “O espaço parece, pois, transfor-

mar-se no mundo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiriram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais.”(idem).

Os nossos próprios tempos procedem e produzem espaços específicos que outorgam materialidades particulares às relações sociais, outorgando definições características ao lugar. “A sucessão de tempos é também a sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos nelas.” (idem, p.64).

Milton Santos define o espaço “como acumulação desigual de tempos” (1978, p. 209), e a metrópole como a expressão maior dessa acumulação desigual na medida em que se apresenta como momentos diferentes do desenvolvimento da sociedade.

Após estas reflexões teóricas tecidas até este momento, devemos entrar nos parâmetros com os quais devemos consagrar o cerimonial deste trabalho que nos exige uma série de questionamentos que nos permitam a problematização do nosso objeto disciplinar e assim atingir o tema proposto.

O objeto da Geografia foi-se modificando com o tempo e a partir do tempo, tornando-se cada vez mais uma ciência humana, na medida em que vai mudando-se a concepção do espaço.

Através de um aprofundamento teórico-metodológico na relação espaço-tempo tentaremos dar um conteúdo à definição de metrópole que ultrapasse o simples conceito da forma. Na dialética espaço-tempo, os diferentes momentos epistemológicos de pensar o espaço foram se modificando e a realidade metropolitana também tomou novos conteúdos.

Com base numa primeira concepção de espaço como receptáculo, divorciado da história

embora se fale dela, a forma era o principal objeto de análise. Uma série de definições discorrem sobre a forma espacial que a observação empírica do geógrafo descreve, se poderia ser considerada conurbação, metrópole ou megalópole, terminologia criada a partir de experiências nos países europeus ou nos Estados Unidos, e que pressupõe uma hierarquia do fenômeno urbano e do processo de urbanização.

Assim até a década de 60 para os geógrafos da escola francesa – representada por Chabot, Beaujeu-Garnier, Pierre George, Derruau, entre outros, e os seus seguidores – a metrópole seria uma forma espacial que possui um núcleo pelo menos – a cidade central – densamente povoado e uma área contínua ocupada e que, considerada em conjunto, evidencia um alto grau de interação e de interdependência social interna.

Etimologicamente analisando a composição grega do termo, é a área organizada pela cidade mãe. Efetivamente, a metrópole organiza ao seu redor a chamada área suburbana, que, embora administrativamente se encontre fora do município da cidade central, é dependente dela.

Nos anos 50, Max Sorre considerava as metrópoles com uma grande individualidade geográfica, que “imprimem ao desenvolvimento da humanidade uma direção nova” por seus caracteres estatísticos, morfológicos, funcionais e ecológicos (1951, p.).

Estes fenômenos resultaram em formas específicas pelos processos de urbanização acelerada, do crescimento demográfico e do desenvolvimento espacial, apropriando-se de áreas cada vez mais extensas e mais distantes.

As mais afastadas formavam os subúrbios, que, ainda dentro de uma perspectiva positivista e funcional do conhecimento, eram catalogados em industriais, subúrbios residenciais ou cidades dormitórias, subúrbios agrícolas, de recreação, de

função religiosa, entre outros. Classificação onde predominam a observação da paisagem e os diferentes lugares que compõem a metrópole.

Nesta perspectiva de discutir a forma espacial há dois elementos que devemos considerar:

- 1- o significado de forma e
- 2- o conceito de espacial

A forma urbana pode-se considerar como o aspecto visível da organização dos elementos sociais, a materialização dos elementos funcionais da atividade humana (habitar, trabalhar, comerciar, etc.); dos elementos quantitativos (densidades, superfície, fluxos, dimensões, etc.); qualitativos (orientação, exposição aos ventos, ao sol, às chuvas, acessibilidade, entre outros) e figurativos (referem-se especificamente à arte e à estética, ou seja, ao aspecto arquitetônico e urbanístico). Estes elementos da forma possuem relação íntima com o contexto sócio-econômico e cultural da população.

A forma e a função estão intimamente relacionadas para que aconteçam as atividades para as quais foram criadas. A maior ou menor complexidade funcional de uma cidade traduzir-se-á numa maior ou menor riqueza de formas.

Lefebvre observa que, embora não se conceba forma sem conteúdo, assim como não há conteúdo sem forma, a reflexão "...tende a dissociar as formas (e sua própria forma lógica) dos conteúdos, constituindo 'essências' absolutas, instituindo o reino das essências. Assim mesmo, a prática, o empirismo, tende a verificar conteúdos, a contentar-se com a verificação, a aposar-se na opacidade dos conteúdos diversos, aceitos em suas diferenças. A forma leva assim uma 'existência' dupla. É e não é. Só tem realidade nos conteúdos, e porém se desprende deles. Possui uma existência mental e uma existência social" (1969, p. 107-108). O autor mencionado, após fazer uma extensa exposição sobre as diferentes

classes de formas, dá sua explicação sobre a forma urbana, para a qual ele reconhece a dupla existência antes relacionada. Assim, desde o ponto de vista da existência mental, Lefebvre se refere: "A simultaneidade (de acontecimentos, de percepções, de elementos de um conjunto no 'real'). Enquanto a existência social diz: "O encontro e a conjunção do que existe nos arredores, 'no meio' (bens e produtos, atos e atividades, riquezas) e por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido de atividades (produtoras e consumidoras), como encontro de obra e produto." (op.cit., p.111).

O mesmo autor, no seu livro *Le Droit à Ville*, afirma que os conflitos entre as classes sociais e as múltiplas contradições que estas relações traduzem materializam-se na estrutura e na forma urbana. Uma outra grande preocupação que se sente na sua obra é a importância que outorga à estrutura e à forma urbanas, resulta pela transformação profunda e total que dá a vida cotidiana que nesse espaço se realiza.

Milton Santos, também para explicar-nos o sentido das formas no espaço, nos diz que "as funções, assim como as formas são a existência", enquanto a sociedade é a essência" (1978, p. 176).

A segunda questão que levantamos na definição considerada permite-nos questionamentos sobre o conceito de espacial, que, dentro desta concepção de espaço recipiente, refere-se à distribuição, à localização, à situação em relação aos paralelos e meridianos desse ponto da realidade social urbana denominada metrópole, que era o interesse da ciência geográfica, nesse momento histórico.

Embora nos anos 60 se tenha procurado introduzir a noção de espaço relativo, o espaço urbano e especialmente o metropolitano não foi considerado como uma instância social.

Não havia ainda, entre nós, uma preocupação com o conteúdo das formas, portanto não se

fazia distinção, nos estudos das grandes cidades, entre as dos países industrializados e as dos países do Terceiro Mundo.

Lefebvre em seus trabalhos dos anos 60, tanto na *Revolution Urbaine* como no *Le droit a la ville* considera o espaço como espelho da sociedade e nos diz: "A cidade é a projeção da sociedade global sobre o terreno". No *Le droit a la ville* faz ainda uma outra afirmação: "A segregação urbana considerada como projeção sobre o terreno da divisão social do trabalho..."

Milton Santos (1978) contesta esta expressão de espelho ou reflexo da sociedade porquanto o espaço continua desenvolvendo seu papel de continente, de palco onde a sociedade se produz. Visão positivista da ciência geográfica que nas palavras do autor, "...herança da qual os próprios marxistas não puderam escapar" (p.127).

Gottdiener (1985, p. 120) fazendo referência aos estudos realizados pelos "analistas urbanos" convencionais como si se realizassem "...as relações de localização atuam dentro do espaço - isto é, ...como uma planície sem características próprias." Mesmo Castells, que trouxe novos enfoques teóricos-metodológicos aos estudos do urbano, quando se refere ao espaço o considera um produto material de uma dada formação social. Nesta concepção do espaço Castells dá sua definição de metrópole: considera-a forma espacial dos países industrializados, negando a existência dela nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos.

De todas as formas, a partir da década de 70 tomamos conhecimento dos trabalhos de Lefebvre e de seus conceitos sobre valor de uso e valor de troca na cidade, mas também nos três níveis do papel do espaço explicitados no seu livro *A Produção do Espaço*: a prática espacial que inclui a produção e reprodução dos lugares e espaços relacionados a uma formação sócio-econômica; as representações do espaço: a ordem que

lhe foi imposta através dos sistemas de códigos e signos e finalmente pelos simbolismos complexos dos espaços de representação: aqui a sociedade se representa e o espaço monumental torna-se o suporte metafísico e metafórico da sociedade, o religioso e o político se inter-relacionam simbolicamente. Castells, com seus conceitos de metrópole só pertinentes para os países industrializados, assim como o papel do estado e dos movimentos sociais, considera o urbano como uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho. Fatos todos estes que possuíram, no momento histórico da sua expressão, uma grande transformação no pensar a cidade e em especial a metrópole. A influência de Castells nos estudos urbanos dos cientistas sociais do Terceiro Mundo foi de vital importância. Topalov, Harvey, Indovina e outros nos aportaram os princípios da lógica do capital para fazer a análise do espaço metropolitano, a partir dos conceitos de renda da terra, dos conflitos entre o capital e o trabalho, a distribuição desigual do capital e os seus espaços. Assim mesmo, Milton Santos publica entre nós seus trabalhos, que até o momento tinham um acesso muito limitado, e escreve "produzir é produzir espaço", logo a área metropolitana é a maior concentração de espaços produzidos. Ao mesmo tempo o autor citado nos diz: (o espaço) "...ele é simultaneamente produtor e produto; determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa aceção, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social." (1978, p. 130).

A tomada de consciência dos trabalhos dos sociólogos da cidade, em especial de Castells, e após o conhecimento dos conteúdos de sua concepção de metrópole na qual ele questiona a existência da forma urbana só pelo tamanho e espe-

cifica que o essencial é a sua estrutura interna e também "...a difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica" (pág. 99). Interessante destacar que para Castells "ligação geográfica" refere-se a distribuição e localização. Dentro do território metropolitano se dão todos os tipos de atividades: a de produção (inclusive a agricultura), a de consumo (incluindo nele a reprodução da força de trabalho), troca e gestão.

No espaço metropolitano, afirma o autor, há uma hierarquização das atividades numa maior ou menor interdependência. "O comércio concentra a venda de produtos raros e organiza a distribuição massiva do consumo cotidiano. O sistema de transportes segue os fluxos determinados pela implantação das atividades, e serve de dinamizador do aglomerado". As flutuações do sistema de circulação se comportam como um "...espectro da estrutura metropolitana" (Castells, M., 1977, p. 99).

Os transportes e a diversidade dos meios de comunicação possibilitam as relações dentro da área metropolitana, intensa e ininterruptamente. Os transportes coletivos asseguram a integração das diferentes zonas e atividades da metrópole.

A estrutura urbana metropolitana – começa a apresentar cada vez mais os espaços para a produção, especialmente industrial, os espaços do consumo, – com comércios dos mais especializados –, os espaços da distribuição para fazer a relação entre a produção e o consumo, e os chamados espaços residenciais e que agora se denominariam da reprodução da força de trabalho. Este último, segregado e diferenciado segundo o poder aquisitivo de seus consumidores.

Numerosos trabalhos de cientistas sociais desse período preocuparam-se em contestar esta diferenciação que Castells apresentava entre as metrópoles dos países industrializados e os de-

nominados de subdesenvolvidos. Entre nós, devo mencionar a dissertação de Mestrado de Francisco Capuano Scarlato intitulada "A Indústria Automobilística no Capitalismo Brasileiro e suas Articulações com o Crescimento Espacial na Metrópole Paulistana", defendida em 1981, assim como minha própria tese de Doutorado, defendida em 1980, cuja temática aborda a formação da metrópole paulistana, justamente pela expansão do processo de produção industrial e a localização da força de trabalho num município da região leste da cidade, o município de Itaquaquecetuba.

Atingimos a década de 80, definindo a metrópole pelo novo conteúdo, como um grande centro territorial onde se acumulam o poder e o capital e se constitui em "locus" de produção de bens e serviços e em conseqüência, o lugar onde se realizam a gestão e o consumo por excelência, o que resulta numa máxima acumulação territorial de rendas.

As metrópoles fazem o papel de centros nevrálgicos do capital monopolista, com o espaço criado para a integração territorial dos processos produtivos e o poder das elites, de definir e impor ideologias e modelos de consumo à maioria da população que nelas habita.

Centro e subúrbio, embora compondo um todo, oferecem características diferenciadas, formando dois modos de organização espacial, e realidades históricas diferentes. O centro apresenta um alto valor histórico anexado às finanças e à gestão, sendo assim mesmo suporte de todo um conjunto de elementos que favorecem uma dinâmica sócio-econômica.

Este conteúdo espacial centro-subúrbio tem uma conotação diversa tratando-se de metrópoles de países industrializados em relação à dos países subdesenvolvidos. Nos primeiros, o subúr-

bio é cada vez mais o lugar de residência das classes de maior poder aquisitivo que a escolhem para fazer coincidir os modos de vida urbano com as qualidades de vida no campo.

Para os segundos, a área suburbana – o próprio nome o indica – é uma área segregada de subordinação, de controle social rígido, de mínimas condições de sobrevivência, habitada por pessoas socialmente semelhantes e com uma finalidade restrita: a reprodução da força de trabalho. A partir dos anos 70 esta área denomina-se “periferia”, termo com uma forte conotação sociológica pejorativa.

Enfim, fechamos os anos 70 com grandes debates acerca do papel do espaço na interpretação da realidade metropolitana assim como no desenvolvimento capitalista, numa relação dialética entre a sociedade e o conteúdo que teria o espaço nesta visão da realidade. Soja, citando Gregory, o qual transcrevemos, diz: “A análise da estrutura espacial não é derivada e secundária à análise da estrutura social, como sugeriria a problemática estruturalista: antes, uma exige a outra. A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam (Scott, 1976, p. 104), mas é também o campo no qual – e, em parte, através do qual – as relações de classe se constituem, e seus conceitos devem ter lugar na construção dos conceitos de determinadas formações sociais (...) as estruturas espaciais não podem ser teorizadas sem as estruturas sociais, e vice-versa, e (...) as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais e vice-versa.” (1978, p. 120-1).

Para concluir este processo onde o espaço passa finalmente a constituir-se numa instância social, ocupando seu lugar de mercadoria no modo de produção capitalista e sofrendo todos os efeitos e as qualidades de qualquer outra mercadoria, inclusive o fetichismo do consumo exa-

gerado, mesmo que este possua características especiais. Assim o espaço das metrópoles contém o conceito de espaço expresso por Santos onde diz: “...um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realidade social.” (Santos, 1988, p. 27).

Simultaneamente às mudanças econômicas que o mundo vive no atual período, surgem novos papéis para as metrópoles, em especial as do Terceiro Mundo, entrando-se também, numa crise, que exige mudanças desde o ponto de vista metodológico.

Neste processo que realizamos para definir o que se entendia por metrópole nos diferentes momentos teórico-metodológicos, na viagem epistemológica que fizemos, foi necessário fazer um esforço por repensar simultaneamente a concepção de ciência num contexto de modernidade e a relação espaço-tempo dentro desse enfoque.

Os anos 90 nos introduzem numa crise epistemológica na qual os paradigmas conhecidos já não respondiam à nova realidade que as metrópoles do Terceiro Mundo apresentavam. Impôs-se a procura de novos rumos à investigação urbana. Surgiram dificuldades para trabalhar essa realidade social em dois âmbitos: em primeiro lugar em relação ao objeto, pois a sua apreensão, que se considerava inalterável, mudava brusca e imediatamente de conteúdo; em segundo, os conceitos usados haviam perdido seu valor de explicação ou se tornado sem essência.

Assim, houve uma oscilação entre as interpretações empiristas, de bases positivistas até as funcionalistas e estruturalistas de fundamentação marxista ou não, sem esquecer no caminho entre ambas as aportadas pela Geografia Humanista. O paradigma epistemológico mudava das exigências da noção de leis, substituída pela de sistema, estrutura e, por último, pela de processo. Esta si-

tuação se deu no conteúdo de todas as Ciências Sociais e também dentro da Geografia.

Chegamos ao final do século XX com a necessidade de buscar novas formas de fazer ciência e em particular a nossa Geografia Urbana, realidade de um dinamismo extremo. Procuramos em Boaventura de Souza Santos explicação a esta crise. O autor nos informa que "A análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da pesquisa científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia da ciência, passou a ocupar papel relevante na reflexão epistemológica" (1989, p.57). O novo paradigma que se nos apresenta para a pesquisa científica é o do reconhecimento de que todo saber é social, significando que os conceitos de historicidade e de processo, de liberdade, de auto-determinação e até de consciência – que pertenciam à valores pessoais do homem –, doravante devem ser estendidos à realidade social, isto é, a própria relação sujeito/objeto sofre uma mudança radical.

A nova concepção de ciência traz junto um conteúdo de humanidades, onde as ciências sociais colocam o homem como centro do conhecimento enquanto autor e sujeito, não existindo mais o dilema da divisão ou enfrentamento entre o sujeito e o objeto no processo do conhecimento. Há uma superação da dicotomia sujeito/objeto – relação esta que nunca foi pacífica nas Ciências Sociais e na Geografia entre elas. Souza, que continuamos citando, toma conceitos de Clausewitz para afirmar que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Afirma com a seguinte expressão: "...o conhecimento científico é autoconhecimento" (1989, p. 57).

Não se desprezam mais, para realizar a explicação das ciências, os sistemas de crenças, os juízos de valor, os preconceitos, os costumes,

como formas de pesquisar a relação sociedade e natureza.

Esse novo paradigma que os epistemólogos nos apresentam, para o que denominam ciência pós-moderna, é que esta é uma ciência "assumidamente analógica que conhece o que conhece pior através do que conhece melhor" (Souza, p. 63).

As exigências metodológicas também são as da comunicação porque o mundo é de comunicação e todo conhecimento deve entrar nesse rumo. Deve-se ter em conta que todo conhecimento é local e, ao mesmo tempo, total.

Busca-se, assim mesmo, uma superação da fragmentação das disciplinas. A divisão atual não é disciplinar, é temática. "Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros" (Souza, p. 65). O conhecimento avança na medida em que o objeto se expande como as raízes de uma árvore, procede pela diferença e pelo alongamento de fronteiras na busca de novas e mais variadas interfaces. Esta nova forma de enfocar o conhecimento numa relação dialética entre o local e o total traz também uma nova maneira de perceber que ao ser total não é determinístico, e sendo local não é descritivista. O autor citado continua afirmando que este "é um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento desse tipo é relativamente metódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde à língua que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos essa pluralidade de métodos só é possível mediada pela transgressão metodológica" (1989, p. 65). Esta visão dife-

renciada da ciência permitirá cada vez mais uma aproximação entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Nessa transgressão metodológica, a distância entre a descrição e a explicação será cada vez mais curta. Milton Santos escreve que descrição e explicação são inseparáveis. Devem fazer parte dos alicerces da descrição a vontade da explicação (1996).

Procuraremos transportar este esquema metodológico a nosso objeto de estudo, às metrópoles do Terceiro Mundo, para chegarmos ao processo de metropolização. Iremos às origens e em contato com Pierre Monbeig, ele nos encaminha: "...o estudo das grandes cidades só pode ser feito pela modificação constante dos pontos de vista e das técnicas próprias das diversas ciências das sociedades humanas" (1943-44, p. 39).

Iniciamos a procura das transformações, das novas técnicas, da linguagem, e do conjunto interdisciplinar que nos permita como geógrafos continuar interpretando a realidade sempre em mudança do urbano e do metropolitano. Que é a cidade hoje? O que é a metrópole? Hierarquia maior das cidades. Encontramos a resposta em Milton Santos que nos diz: "...uma região de lugares e ao mesmo tempo é um lugar porque ela é uma totalidade, dispõe de um movimento combinado segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano a que está relacionada. Na verdade, há leis que se sucedem denotando o tempo que passa e muda as denominações desse espaço-tempo que é a cidade" (Santos, 1990, p. 243).

Nas formas novas de estudar a cidade e a metrópole destacamos o conceito de lugar e de tempo. Sem dúvida, em ambos há um denso conteúdo de cotidianidade marcados pela cultura e o imaginário.

É no lugar onde se produzem os fatos que dão significado à vida, que se impregnam de simbolismo a respeito do acontecido.

Yi-Fu-Tuan em seu livro *Espaço e Lugar*, tradução do inglês feita por Livia de Oliveira, – pio-

neira entre nós a trabalhar com os conceitos da Geografia Humanística – nos diz: "o lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se vissemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar" (Tuan, 1983, p. 198). Este conceito do renomado autor americano não condiz muito com nosso modo de pensar, porquanto nega ao lugar a intensidade do tempo que o transforma e especialmente a inserção no processo de totalidade. "A história de um dia engloba a do mundo e a da sociedade" nos diz Lefebvre e eu concluo, junto também a do lugar (1991, p. 8).

Os lugares aos quais procuramos fazer referência são considerados como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; o lugar como expressão de paisagem e cultura, de experiências e significações diferenciadas. O lugar concentra significados, pensamentos e os sentimentos dos seus habitantes.

A Geografia Humanista, hoje, revitaliza com nova dimensão teórica antigos conceitos lablacheanos de lugar, de região, assim como os de gêneros de vida. Neste repensar os lugares novamente se analisam a paisagem e a cultura, matéria – prima dos estudos de Carl Sauer. A especificidade dos lugares traz no bojo o estudo das paisagens em função das experiências diferenciadas e dos significados também diferenciados. Por esta linha de abordagem é possível interpretar os lugares com novas dimensões simbólicas e culturais, concebidos "...como uma paisagem vivenciada, holística e sentida em todas as suas dimensões incluso a temporal" (Ballesteros, 1992, p. 11).

Esta vertente de interpretação humanista na versão existencialista afirma a existência de uma

potencialidade de tempo, de uma empiricidade do tempo, de grande conteúdo no lugar, e que Samuels nos afirma: "...o tempo é sempre algum lugar e o lugar é sempre algum tempo" (citado por Ballesteros, op. cit. p. 11).

Milton Santos igualmente define o lugar "...como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação" (Santos, 1994, p. 34).

Porém o lugar e a interpretação e vivência do mesmo se diferenciam segundo as classes sociais, os gêneros, o lugar de origem, o grau de cultura, entre outras categorias. Assim o lugar não só nos remete a um território habitado, mas também a uma posição dentro de um sistema social.

Estes conceitos emitidos nos introduzem assim mesmo a outros conceitos muito importantes para as metrópoles e os processos de metropolização no Terceiro Mundo. Estes são os de tempo e de cultura. Ambos estão interligados. Qual é o significado de tempo para nós? Em primeiro lugar diremos que se trata de um tempo social, que inclui todas as outras concepções de tempo conhecidas, além de possuir a essência do tempo histórico que é ideológico, político e cultural. A percepção do tempo histórico é a percepção das mudanças e das transformações. O tempo social inclui, em seu conteúdo, valores.

Entendemos por cultura um sistema de ordens significativos sistemáticos que relacionam o material ao social por meio do simbólico. Para Chauí cultura é definida como "...criação coletiva de representações, valores, símbolos e práticas que determinam para essa coletividade suas formas de relação com o espaço, o tempo, a natureza e os outros homens, definindo o sagrado e o profano, o necessário e o possível, o contraditório

e o impossível, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o legítimo e o ilegítimo, o "nós" e o "eles". Como escreveu um filósofo – continuamos citando Chauí – a ordem humana da cultura é a relação simbólica com o ausente, isto é, a linguagem, o trabalho, a história e a morte" (Chauí, 1993, p. 9. 4).

Chegamos ao final do século XX e o espaço metropolitano se nos apresenta como o lugar onde, de forma dispersa, complexa, é impossível de conhecer como um conjunto, e sim uma realidade fragmentada que possibilita conhecer somente a área onde se vive a vida cotidiana, assim como aqueles eixos que freqüentamos para deslocarmos a fim de lazer. Seus pontos de referência e de relações deixaram de ser a catedral, a praça, as avenidas e ruas principais para localizar outras formas de identidade, nos grandes anúncios de comunicação visual. A paisagem urbana apresenta fortes ditames da comunicação e da propaganda em uma esmagadora sucessão de ícones da sociedade de consumo que, de fato, organizam o espaço.

Observa-se nestas cidades um maior consumo do espaço embora com uma menor intensidade de uso. O esbanjamento da terra urbana ocorre a diferentes níveis, tanto seja deixando-as ao arbítrio da especulação como na formação de bairros de alta classe com lotes de terreno que oscilam de 500 a 3000 metros quadrados, onde a lógica do desejo e da ideologia de melhores condições ambientais movimentam o mercado imobiliário. Nesta mesma categoria, incluem-se as enormes áreas dos grandes shopping-centers e dos hipermercados. Em todas estas formas de localização criam-se lugares de circulação para e pelo automóvel. Este conteúdo urbano, imitando o modelo das cidades dos Estados Unidos, cria novas paisagens nas antigas áreas suburbanas e começa a integrar com ímpeto o imaginário coleti-

vo. Tais lugares possuem forte especialização funcional e, paralelamente, acarretam espacialização de segregação social. Os bairros e as outras formas de ocupação, só atingíveis através do automóvel, estabelecem um controle absoluto do acesso a determinados estratos sociais que não possuam condições econômicas semelhantes. A antiga divisão do espaço em público e privado agora apresenta nova conotação: para se ter acesso a certos espaços exclusivos, só a partir de documentos de identificação.

Os espaços públicos da cidade, que por definição foram sempre a rua e a praça, as avenidas e os parques, representando a gratuidade, a liberdade, o anonimato dos cidadãos sem restrição de raças e etnias, que constituem historicamente a essência da cidade industrial, hoje não têm mais a mesma representatividade. Os espaços centrais que foram identificados na própria definição de metrópole pela diversidade e intensidade de usos hoje possuem outros parâmetros e valores. Converteram-se num lugar onde se restringiram os usos e se fragmentaram as formas, tornando-se o foco da segregação e da intolerância. A fragmentação do espaço público, por sua vez, forma lugares de homogeneização social, cultural e econômica dos seus consumidores. Essa fragmentação mencionada determina usos a horários, com funções específicas definidas por grupos sociais, culturais e étnicos determinados. Finalmente, observamos que o espaço público está sofrendo uma desvalorização da representatividade e da representação na medida em que desaparecem os elementos mais destacados da organização do espaço enquanto representatividade social coletiva. O parque, a praça, o jardim, a rua principal da metrópole hoje não ocupam mais o lugar de destaque nem no lazer nem na imagem dos seus habitantes.

Mencionemos aqui também o espaço público que só é público para quem possui automó-

vel ou viaja em ônibus. As grandes avenidas, as auto-estradas, os viadutos, os túneis, que são exclusivamente de uso para veículos com velocidade, estão limitando esse conceito.

Vemos a formação de novos espaços urbanos pela descentralização e expansão da metrópole num raio que se estende de 70 a 100 km a partir dos eixos de comunicação, privilegiados pelos transportes rápidos. Esta expansão que se traduz espacialmente na formação da macro-região metropolitana integra uma hierarquia de valores de localização de atividades novas e antigas – antes existentes no centro da cidade – e que o desperdício das terras transportou para pontos mais distantes. Lembramos de áreas industriais, centros comerciais, bairros residenciais de alto luxo incluindo também centros de atração turística, objetos de estudo da Prof. Dra. Adyr Rodrigues.

Observa-se também, hoje, nas metrópoles, os lugares produzidos pelo emprego e o desemprego, o das atividades formais e o das informais, os espaços dos fluxos do mundo globalizado e os dos que sofrem o processo da não participação no sistema. A globalização da economia transformando a cidade em metrópole mundial, com as formas plenas de objetos técnicos – os produtos do meio técnico-científico-informacional de Milton Santos cria cada vez mais a divisão territorial entre os que participam e os que estão fora, aumentando o número de pobres. As técnicas que encurtam o tempo e ampliam o espaço, particularmente os das metrópoles mundiais.

Devemos acrescentar, ainda que, nas metrópoles atuais, a ocupação e formação dos novos lugares está mudando o conceito de “urbano”. Tal conceito, essência da cidade como forma de vida, está variando, em função dos novos conteúdos que a metrópole vem tomando. As grandes cidades sempre se caracterizaram como lugares densos e heterogêneos, onde a superposição

de atividades, de culturas e interesses, originava um clima especial de tolerância de iniciativas, de comportamentos e liberdade para toda classe de credos, ideologias e preferências. Era o contraste entre o viver na cidade grande e os rígidos padrões de conduta das sociedades rurais e os das pequenas cidades. Naquelas, os controles sociais são mais relaxados, valorizando o anonimato pela ação conjunta do tamanho, da densidade demográfica e da heterogeneidade da mesma. No momento atual, a crescente fragmentação do espaço e a homogeneização dos lugares estão desestruturando os valores clássicos do viver nas metrópoles. Podemos afirmar que há uma debilitação do viver o urbano em setores crescentes da sociedade, sustentada pelo mercado imobiliário e a partir de valores ideologizados neste momento na grande cidade. Estão sendo revitalizados velhos preconceitos da sociologia urbana como os de Simmel, Mumford e outros, nos quais a metrópole só apresentava valores negativos. Afirmações como “não deixa espaço para nenhuma forma de vida pessoal” ou a solidão, o isolamento, o espírito de competição, componentes essenciais da vida urbana entre outros, somados aos de insegurança, violência, problemas ambientais, carestia, falta de moradias, vieram ressuscitar velhos sonhos como a volta à vida em contato com a natureza, ou aos condomínios fechados (“country”), onde se está entre iguais, liberados das incertezas da aglomeração dos bairros centrais, convivendo de acordo a uma igualdade cultural. Disso resultou a formação de verdadeiros “guetos” onde a tranqüilidade cotidiana é preservada pela polícia particular das famílias ou dos vigilantes dos bairros ou pela própria delação pertinente à vida em pequenas comunidades.

A homogeneidade de conteúdo, funcional, econômica, cultural, social e étnica destas novas

formas da metrópole procura não somente materializar uma distância física, mas evidentemente uma distância social, produzindo uma ruptura onde cada vez mais a cidade, ou seja, o centro é o lugar dos pobres, enquanto o subúrbio é o lugar dos ricos. Aqui teremos que encontrar um novo termo para explicar esta realidade, porque o significado de subúrbio ou periferia não se adapta a estas formações sócio-espaciais, já que elas provêm de outras realidades com conteúdos diferentes.

Finalmente a nossa descrição dos processos de formação dos conceitos de metrópole se fecha na análise da “cidade do tempo rápido” dos ricos e do “tempo lento” dos pobres de Milton Santos ou o da “Cidade Dual” de Castells. São rótulos outorgados à realidade fragmentada antes descrita. “A orgulhosa sociedade que hoje faz alarde de ter superado a “luta de classes” através de mecanismos de integração político/econômico, apresenta, no entanto, uma não sempre clara linha de fratura entre seus setores formal e informal, entre as atividades submetidas a regras e controles e as que se refugiam nas fissuras e vazios do sistema. Surge o tema da dualidade – social, econômica, política – entre os grupos urbanos que formam parte de um contínuo onde as linhas de deslocamento (ascensão social) estão estabelecidas e, na teoria, abertas a todos os grupos marginais, exteriores a todo esse processo, relegados devido a uma série de razões nem sempre explícitas (idade, nível educativo, etnias, etc.). A cidade contemporânea reflete essa dualidade dentro de sua fragmentação.” (López de Lucio, 1993, p. 211).

Quanto à “cidade dual” de Castells, é produto de uma estrutura sócio-espacial formada por dois sistemas (internamente estratificado), um desses relacionado com o pólo dinâmico de crescimento e geração de rendas, e o outro concentra

a mão-de-obra degradada em espaços e instituições que não oferecem possibilidades de mobilidade ascendente na escala social, e que induzem à formação de subculturas de sobrevivência e abandono. (Castells, 1991, p. 90-94).

A primeira das cidades duais o autor mencionado a qualifica como produto da "network society" ou seja da "sociedade-rede" na qual é o espaço que organiza o tempo (a história), já que é desse novo papel da cidade mundial que se organiza o dinamismo econômico e político no e do mundo.

A METROPOLIZAÇÃO NOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO

"A cidade capitalista é a geografia central do moderno". Os tempos reverenciados como arquétipos se aglomeram e se superpõem no presente abusivo da metrópole, "que é museu, multidão e fábrica" (Casullo, 1989, p. 161).

Embora a metrópole fosse tida como a grande utopia, – o novo ambiente onde se realizariam os novos valores com os quais os processos tecno-científicos deram nascimento à sociedade urbano-massiva-industrial, tendo sido, também, o projeto das elites dos países do Terceiro Mundo – a realidade que se nos apresenta não concretizou esse ideal. As formas metropolitanas se nos apresentam como a realidade da sociedade que lhe dá essência, longe da idéia de progresso que norteava o interesse das classes dirigentes.

Iniciamos o estudo dos processos de urbanização citando Villaça, que preocupado com o processo de metropolização no Brasil e delimitando sua área de pesquisa nos diz: "Considera-se que ocorre o processo espacial da metropolização quando uma cidade, povoado ou núcleo central urbano passa a desenvolver uma intensa vinculação sócio-econômica com outra cidade

maior e mais desenvolvida. Essa cidade passou a ser chamada de 'cidade central' uma vez que é a partir dela que se manifesta a vinculação". O autor continua analisando o que significa "intensa vinculação" e ainda mais, aprofunda as formas e procura os conteúdos de diferentes formas de vinculação. Deve-se ressaltar que Villaça escreve sua tese nos anos 70 (Villaça, 1978, p. 40).

Fica claro, a partir das diversas leituras realizadas, que os processos de metropolização, pela grande importância que têm hoje, não podem deixar de ser considerados como resultantes de um fenômeno de urbanização, o qual permite que sejam pensados em todo seu dinamismo.

Essa urbanização decorre de um processo social que exigiu a transferência de grupos sociais das áreas rurais para os aglomerados urbanos, produziu novas formas de organização de vida da sociedade contemporânea, a partir de uma nova forma de divisão territorial do trabalho.

O processo social que permitiu o surgimento das metrópoles possui no Terceiro Mundo características diferenciadas não só em relação às dos países industrializados como às das diversas áreas deste.

A metropolização seria a produção de um espaço com a dimensão e a qualidade da mais alta urbanização e "...cuja vocação seria igualmente a de promover um processo civilizatório..." (Santos, 1996, p. 78) embora seja também o território da segregação e da desigualdade social.

Consideramos que há necessidade de estabelecer uma certa periodização para estudar estas formações sócio-espaciais. Toda periodização resulta de um momento de opção no pensamento, ou seja, de valorizar determinado momento no tempo. Assim definimos período "...como etapa de um momento do modo de produção, muito bem expresso pelas formações sociais, as quais

sempre realizavam, em um lugar dado, a combinação de idades e momentos diferentes" (Souza, 1989, p. 37-38). Milton Santos também define período como "...pedaços de tempo submetidos à mesma lei. Os períodos se mantêm com a permanência das estruturas, e estas se definem como conjunto de relações e de proporções." (Santos, 1991, p. 243).

Assinalaríamos pois, os três períodos que nos parecem importantes na urbanização e em decorrência na metropolização dos países do Terceiro Mundo:

1º período – O da formação do mercado internacional cujo centro de comando era a Inglaterra. É o que Milton Santos denomina "As cidades do período industrial", marcadas pelas atividades econômicas e políticas da Europa. Os modelos urbanísticos de cidade são Paris e Londres. O Plano Haussmann reproduzia-se na maioria das cidades-capitais dessa época que se inicia ao final do século XIX e que poderíamos limitar até o início dos anos 40. A urbanização nos países subdesenvolvidos, nessa fase, é muito baixa, não atingindo os 25% da população total, sendo que a cidade capital, a metrópole, concentrava até 20% da população total do país.

A idéia da cidade como espaço da civilização e do progresso era o centro dinamizador da grande transformação nacional com que sonhavam as elites de todos os países que pretendiam ser considerados importantes. Foram os momentos de maior êxito de um processo histórico em que o progresso baseava-se na exportação dos produtos primários, e as cidades iam-se convertendo em metrópoles na medida em que cresciam os interesses por essas matérias-primas na economia internacional. A cidade representava o símbolo e o instrumento das grandes transformações sociais, geradora dos impulsos modernizantes, a semente que faria germinar as instituições, os homens, a

cultura, necessárias para conseguir a articulação interior do país e da sua integração nas correntes civilizadoras provenientes das sociedades industriais. Na sua paisagem, a forma espacial urbana apresenta-se em uma justaposição à cidade original, sendo, esta, destruída, pouco a pouco, para ser implantada a forma européia. Desta época destacamos, em primeiro lugar, Rio de Janeiro, Buenos Aires, e Havana. A partir de 1920 podemos incluir São Paulo, México, e Santiago, entre outras.

Se privilegiamos o processo histórico da formação de seu papel regional – que caracteriza a metropolização – é freqüente identificá-lo com a função político-administrativa de capital do país. Milton Santos diz que as cidades da América Latina tiveram seu poderio aumentado a partir da primeira revolução dos transportes, a qual reafirmou situações já preestabelecidas. Processo este que não teve as mesmas circunstâncias nos centros africanos e asiáticos.

Do ponto de vista da forma, as grandes cidades de América Latina poderiam ser consideradas metrópoles pelo número de habitantes, todas com mais de um milhão; já possuíam a função industrial embora de uma categoria tradicional (têxtil, alimentícia, metalúrgica leve, entre outras), possuíam um adiantado sistema de distribuição e comercialização, e tinham um amplo mercado de trabalho, recebendo imigrantes estrangeiros principalmente e nacionais em menor escala.

Pierre George descreve a cidade dos países subdesenvolvidos fazendo uma complementação entre a herança milenar que se encontra nelas, em especial as de origem árabe, onde a própria organização espacial está regida pelo Alcorão, e a influência estrangeira introduzida pelos europeus na qual está a força da transformação que sofreram (1961).

Citamos como exemplo a opinião que Pierre Deffontaines externou em 1940 em relação

à cidade carioca: "Rio de Janeiro, a maior cidade de feição européia do trópico, está situada em posição extraordinária" (Deffontaines, 1940, p. 69). Num outro momento expõe: "As duas principais cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, são as maiores cidades brancas dos trópicos. São Paulo, com uma população de 1.200.000 habitantes, possui pelo menos 1.000.000 de brancos e a cidade é atravessada justamente pelo trópico. Rio de Janeiro e Niterói reunidas abrigam perto de 2.000.000 de habitantes, dos quais 1.500.000, pelo menos, são brancos. O Brasil possui assim as duas únicas aglomerações tropicais em que os brancos ultrapassam 1.000.000. As outras grandes cidades da zona tropical, Singapura, Calcutá, Cantão, Hong Kong, Manilha, têm uma composição étnica absolutamente diversa. O Brasil é a maior prova da adaptação da raça branca em país tropical." (op. cit., p. 68).

Tanto Deffontaines como Aroldo de Azevedo quando se referem a São Paulo destacam como de grande importância o fato de ser uma grande cidade branca em planalto de altitude. O autor francês diz: "As grandes aglomerações humanas são cidades de planície, de beira mar ou de margem de rio" (p. 80). Num outro momento manifesta seu olhar europeizante afirmando: "...Devese a São Paulo a europeização do povo brasileiro" (op. cit., p. 82).

A realidade do "trópico" já pressupunha a impossibilidade de existir uma cidade "européia". Assim Conti, analisando a possibilidade de existir ou não uma geografia dos trópicos, afirma: "Todavia o trópico não é apenas uma categoria geográfica. Pode ser entendido, também, no plano cultural e sociológico" mencionando o livro de Levi Strauss, *Tristes Trópicos* e continua dizendo que "tem ainda um significado histórico e geopolítico" (Conti, 1987, p. 11). Continua sua exposição mostrando a importância dos estudos

a respeito realizados por geógrafos de grande relevância na nossa disciplina, além de apresentarmos as características físicas especiais que tem esta região da superfície da terra (Conti, op. cit. p. 11).

Os processos de metropolização no Terceiro Mundo neste período basearam-se em meios técnicos inovadores como as ferrovias, as quais permitiram o avanço para o interior ao mesmo tempo que alimentaram o sistema a partir da metrópole. De todas as maneiras, os ritmos de crescimentos da população urbana durante este período foram relativamente lentos. Apesar de ter sido o período da materialização da modernidade nos Países do Terceiro Mundo.

2º período – O grande momento dos processos de urbanização e metropolização na maioria dos países do Terceiro Mundo, de 1950 a 1990 nos três continentes, Ásia, África e América Latina, não só aumenta o índice da população urbana como este se concentra nas metrópoles. Assim, das maiores cidades do mundo, 13 são dos países subdesenvolvidos. O aumento exagerado da população urbana, a um ritmo de 6 a 7% ao ano, expressa o significativo processo de transformação desses territórios. As taxas de natalidade continuavam altas, as de mortalidade haviam diminuído pela introdução de técnicas sanitárias, os movimentos migratórios intensificados seja por mudanças nas relações de trabalho no campo seja por problemas de uma estrutura agrária anacrônica, assim como por situações políticas de guerras ou lutas internas. Quero referir-me às guerrilhas e às manifestações dos movimentos repressivos das ditaduras militares da América Latina e aos movimentos de independência na África, assim como às guerras civis, que provocaram um grande número de refugiados que se dirigiram às cidades, em especial às metrópoles e não retornaram mais a seus lugares de origem. Os países socialistas do Terceiro Mundo tiveram um

processo de urbanização menos acelerado que os de economia capitalista, conseqüência das novas formas de ocupação do campo. Assim, entre os anos 50 e 80 a metrópole mexicana recebia praticamente 400.000 migrantes por ano, seguindo-se São Paulo que também acolhia um número significativo anualmente.

As novas forças econômicas que se localizam nas cidades, o processo de produção industrial que o capital internacional introduziu nos países do Terceiro Mundo, – substituição de exportações – produziu, não só migrantes pobres, como também, minorias privilegiadas que procuravam outras formas de inversões além das agrícolas. Formou-se um complexo de novas atividades de ordem econômica, política, social, e cultural, que passou a exigir cada vez mais mão-de-obra especializada e não especializada a fim de satisfazer a demanda. Refiro-me aqui à formação dos aparelhos de estado, exércitos e polícias nos países que adquiriram suas independências durante esse período. Diversificaram-se as classes sociais, aparecendo uma maior estratificação, onde a classe média teve sua participação não só no processo produtivo como em todas as outras atividades.

Nos anos 60 se dá o ápice do processo, quando o estado se fará presente através da construção da infra-estrutura necessária para a reprodução do capital e a maior mobilidade da força de trabalho. Há uma carência de todo tipo de construção para acolher as múltiplas atividades que a cidade possui. O capital imobiliário intensifica a indústria da construção civil e esta recebe os milhões de migrantes procedentes do campo, e prestes a entrar em novos trabalhos. A metrópole se moderniza com uma intensidade acelerada. Em todas estas atividades exige-se abundante mão-de-obra desqualificada. O crescimento espetacular das cidades, seus prédios fabris, seus

centros comerciais, e bairros residenciais com os aspectos mais audaciosos da arquitetura moderna resultam dessa época.

Nas cidades latino-americanas o desemprego era baixo uma vez que os pobres não poderiam dar-se ao luxo de não trabalhar, dada à precariedade de um sistema de proteção e previdência social. O típico perfil da grande cidade latino-americana caracterizava-se por ter baixas taxas de desemprego junto com altas taxas de emprego eventual, o qual amiúde incorporava a metade ou mais da força de trabalho total (Portes, 1989, p. 83).

Milton Santos escreve em 1971. *Les Villes du Tiers Monde* e, numa metodologia comparativa, apresenta a diferença entre a urbanização das economias desenvolvidas das subdesenvolvidas. Mas o importante a destacar é que nessa diferenciação apresenta o que ele denomina “o duplo circuito da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. Antes dos economistas se preocuparem com a economia formal e a informal, o autor mencionado desenvolvia toda uma teoria de funcionamento dos dois circuitos da sustentação econômica das metrópoles do Terceiro Mundo. Assim mesmo, faz uma exaustiva análise das relações entre os dois circuitos e as diferentes variáveis para o crescimento, especialmente do cada vez maior circuito inferior.

A urbanização acelerada deste período trouxe aos principais centros de recepção – as metrópoles – a oportunidade de dividir e lotear grandes glebas de terras agrárias dos arredores do centro, as quais pela ocupação desordenada e sem nenhuma classe de infra-estrutura denominaram-se “periferias”. Aumentaram sensivelmente as favelas que o geógrafo marroquino Mohamed Naciri denomina de formas subintegradas de crescimento (citado por Lacoste, 1981, p. 66).

A paisagem urbana se nos apresenta com uma diversidade de formas nas quais está

inserida a pobreza e a “cultura da pobreza” inerente à população que as cria. Além das favelas, a auto-construção em escala, os inúmeros conjuntos habitacionais promovidos pelo estado e como síntese da degradação ambiental e das poucas condições de vida, os cortiços. Todas estas expressões do espaço urbano com terminologia própria segundo os países objeto de estudo.

Há neste processo de acelerada urbanização uma massificação da sociedade urbana e, como conseqüência, os lugares citadinos são massificados. Os loteamentos expandem-se para receber populações em massa, e ao mesmo tempo que massificam-se as formas de vida, as formas de consumo e as mentalidades na metrópole.

Que queremos significar com estas expressões? Procuramos em Gabriel Kohn a resposta e ele afirma que “...o termo massa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente. Isto é, trata-se de um coletivo, contíguo ou à distância, de indivíduos indiferenciados quanto a normas de comportamento, valores e posições sociais, pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada.” (Kohn, 1971, p.1).

Essa massificação da cidade que a sociedade de massas lhe deu origem foi produzida pelo que Edgar Morin qualifica de “a segunda industrialização, que passa a ser a industrialização do espírito, a segunda colonização que passa a dizer respeito à alma progride no decorrer do século XX” (Morin, 1967, p. 20). O avanço da tecnologia não mais se restringe a objetos exteriores, pois penetra no interior do homem através da mercantilização de objetos culturais. Refere-se aqui à cultura de massa introduzida a partir dos órgãos de comunicação, especialmente rádio, cinema, TV, entre outros.

As metrópoles do Terceiro Mundo tornaram-se territórios particularmente propícios ao desenvolvimento deste novo “espírito do tempo” na expressão do citado autor.

A própria estrutura urbana se transformou em uma justaposição de partes onde a indiferença e a falta de solidariedade são cada vez mais expressivas, e as situações de massificação não permitem que os padrões culturais preexistentes tenham cabida.

O recém-chegado migrante devia aprender a viver e a usar a cidade, situação difícil de resolver, dado o grande abismo existente entre o campo ou a pequena e média cidade de onde era originário, e a metrópole, seu novo lugar de residência. Quantos não morreram ao atravessar a rua, a avenida! Quantos não tiveram seus membros ceifados por máquinas automáticas diante das quais foram colocados e que desconheciam inteiramente; quantos tiveram que aprender a subir no ônibus, no trem, num carro; quantos tiveram que aprender o que era e significava a luz elétrica, o gás, o elevador. Se o imigrante italiano (europeu) teve que aprender a viver num espaço diferente segundo se aprecia em trabalhos de Liliana Laganá, o migrante nacional também teve que aprender a viver e a compreender lugares diferentes em essência e existência como são o campo e a cidade nos países do Terceiro Mundo.

Aos poucos o migrante foi conquistando a cidade, formando novos lugares, imprimindo sua identidade, agora permeada pela cultura citadina na qual já se sente assimilado. Assim, se as paisagens urbanas que apresentavam as metrópoles do primeiro período tinham uma fisionomia européia, as deste segundo período delimita territórios com uma forte marca do migrante nacional impregnadas de todas as carências que lhe são particulares. Especialmente é no lazer e na

recreação onde ele produz os espaços que representam a sua conquista da cidade.

A partir dos anos 90 os fluxos migratórios para as metrópoles diminuem. As taxas de crescimento vegetativo sofrem acentuada diminuição, as atividades industriais já não são os grandes atrativos, e fontes de enriquecimento rápido. Há, no espaço metropolitano, uma desindustrialização de várias características, diminuindo a oferta de empregos. Os conteúdos novos da metropolização globalizada não oferecem os atrativos de antes, pois os horizontes se orientam em outras direções. Se as metrópoles do Terceiro Mundo sempre tiveram em sua essência a dialética do emprego e desemprego, neste momento, a relação tornou-se amplamente desequilibrada para o segundo termo do binômio.

3º período – No mundo globalizado a metrópole mundial.

Diversos autores entre os quais mencionaremos Jameson (1991), Castells (1993) e Harvey (1996) entre outros, procuram passar a imagem de um mundo submetido a uma nova forma de organização chamada capitalismo multinacional, informacional e global que traz profundas transformações no espaço. Uma nova divisão internacional do trabalho que exige para suportes de seus atores hegemônicos, "...a necessidade de artificar ainda mais o meio de vida e de trabalho, assim como a própria vida. Uma tecnoesfera – natureza tecnicizada com base científica – e uma psicoesfera – também artificializada – aparecem como condições sem as quais o presente momento histórico não se afirmaria" (Santos, 1994, p. 7). As relações entre a internacionalização da economia e os espaços urbanos – metropolitanos – ganham uma nova dimensão. Estas transformações de organização da economia mundial se produzem em meio de uma grande revolução técnico-científica de maior repercussão na história da humanidade. Milton Santos denomina a este período

de meio técnico-científico-informacional e este processo produz uma nova forma de relações no e do espaço de todos os continentes globalizados. Os lugares se mundializam e o mundo está em todos os lugares. Em consequência deste momento os processos de metropolização são recordados por novas funções e com outros atores. A metrópole ainda concentra, da mesma forma que no processo de produção industrial, as exigências da "network society" que organiza, ao redor da informatização, a nova estrutura da produção.

Conceito de cidade mundial, que está encantando economistas, arquitetos, urbanistas, e também geógrafos, está intimamente vinculado ao domínio do capital financeiro – capital cassino como o denomina Robert Kurtz – e a tecnologias avançadas da comunicação que encurtam o tempo acelerando a rotação do capital aplicado às finanças. "A geração e rápida circulação de informações têm sido privilegiadas como o momento dominante da reapropriação dos capitais. O processamento desse excedente fornece a base material nos centros mundiais para um novo padrão de consumo, recomposição de estratos sociais, e a reorganização de setores vinculados tanto ao controle das informações como ao modelo de distribuição de renda" (Tabb, 1990, p. 193).

O crescimento da economia transnacional e a interconexão destes espaços metropolitanos por eficientes redes fazem com que estas "cidades globais", na definição de Saskia Sassen, hoje cumpram dupla função: em primeiro lugar, a reestruturação do espaço da cidade para organizar as relações econômicas do território nacional, em segundo a produção de lugares para entrar na relação da economia globalizada. Uma dupla função, relacionada com o mercado nacional e com o mercado internacional.

Rochefort salienta que hoje as empresas multiplicam as atividades exigidas antes e depois da produção e que não pertencem mais a seu

âmbitos. Surgem na metrópole para satisfazer a demanda desta "Sociedade Industrial de Serviços" pequenas e médias empresas de alta especialização que modificam a estrutura urbana a fim de prestar os serviços exigidos, especialmente ligados a informática e consultorias. Estas atividades, denominadas de quaternárias ou terciário superior, intensificam-se nas grandes cidades definindo uma distribuição bem seletiva pelo território. Tais atividades emergentes, como lazer, compras, produção, distribuição e processamento de informação e de bens simbólicos, serviços de informações, finanças, mídia, educação, publicidade adquirem, cada vez, mais uma maior importância, porém sem alterar a situação de emprego da população metropolitana. Estas atividades raras, comandadas pelas grandes empresas multinacionais, estão formando uma nova hierarquia urbana dentro das denominadas cidades mundiais. O capital financeiro fazendo com que se estreitem os laços dos fluxos ao mesmo tempo que se ampliam os espaços dos fixos.

Finalmente, no Terceiro Mundo, várias metrópoles entram numa nova hierarquia de rede urbana, entre as que podemos mencionar São Paulo, Buenos Aires, México, Hong Kong, Cingapura, entre outras.

Para concluir apresentaremos uma série de mapas que farão a síntese do exposto. A cartografia para nós tem uma dupla função: primeiramente é a partir do conteúdo que aparecem os elementos mais destacados do espaço que se quer relacionar, e em segundo termo, a imagem que nos mostra a síntese realizada.

Finalmente, citando Livia de Oliveira afirmamos: "Sendo o mapa um instrumento necessário e básico para o homem estabelecer relação com o mundo e comunicação com os outros homens, na vida moderna lhe é exigida cada vez mais a manipulação de mapas com as mais variadas informações". Continua a autora dizendo que "...como forma de comunicação, tem-se constituído numa linguagem para expressar espacialmente os objetos de estudo" (Oliveira, 1996, p. 191).

O lugar, o território, o espaço, formam parte do nosso existir.

Muito obrigada.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. A. *Guilhon: Instituição e Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- ALVA, E. N. *Metrópoles (In)sustentáveis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997.
- ANDRADE, M. C. *Uma Geografia para o Século XXI*. Recife, CEPE, 1993.
- ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1992 e reimpressão 1993.
- BARBOSA, E. Espaço-tempo e poder-saber: Uma nova epistême? (Foucault e Bachelard). *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, Dep. de Sociologia, v. 7, n. 1-2, out. 1995, p. 111-120.
- BETTANINI, T. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 11-157. Coleção Geografia e Sociedade, 2º volume.
- BLANCHÉ, R. *La Epistemología*. Barcelona, Oikos-Tau, 1973. Coleção “? Que sais-je?”, No. 91.
- CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *The Informational City*. New York, Basil Blackwell, 1989.
- CHAUÍ, M. *Raça e Cultura*. Aula Inaugural FFLCH-USP, São Paulo, 1993.
- CONTI, J. B. *A Geografia Física e as relações sociedade/natureza no mundo tropical*. São Paulo, Humanitas – FFLCH/USP, 1997.
- DEFFONTAINES, P. *Geografia Humana do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1940.
- FU-TUAN, Y. *Espaço e Lugar, a Perspectiva da Experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo, Difel, 1983.
- GARCIA LAMAS, J. M. R. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulberkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1989.
- GEORGE, P; GUGLIELMO, R. et. al. *Geografia Ativa*. São Paulo, Difel, Edusp, 1966.
- GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.
- GOULARD, N. R. F. *São Paulo e outras cidades (Produção Social e Degradação dos Espaços Urbanos)*. São Paulo, Hucitec, 1994. Série Arte e Vida Urbana.
- HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Blackwell Publishers, 1996.
- _____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1994.
- KOHN, G. *Comunicação e Cultura de Massa. Teoria e Ideologia*. Tese de Doutorado apresentada ao Dep. de Ciências Sociais. São Paulo, FFLCH-USP, 1971. (mimeo).
- LACOSTE, I. *Os Países Subdesenvolvidos*. 15. ed. São Paulo, Difel, 1981.
- _____. *Contra Os ANTI TERCEIROS MUNDISTAS e Contra Certos Terceiros Mundistas*. São Paulo, Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la Ciudad (História/Ciência/Sociedad 44)*. Barcelona, Península, 1978.
- LEMOES, A. I. G. de. Em Busca de Novos Paradigmas no Estudo do Urbano: a metrópole. In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro (SP), v. 21, n. 42, 1991.
- _____. Formação Sócio-espacial e Lugar como mediação: As Paisagens do Nordeste na Cidade de São Paulo In: *Revista do Departamento de Geografia*, n. 12. São Paulo, FFLCH-USP, 1997.
- _____. *Modernidade e Metrôpoles Latino-Americanas. Rio de Janeiro e Buenos Aires*. Tese de Livre Docência apresentada ao Dep. de Geografia, FFLCH-USP, 1996. (mimeo).
- LOPEZ DE LUCIO, R. *Ciudad y urbanismo a finales del siglo XX (Espanha)*. Universitat de Valencia, 1993.
- MORIN, E. *Cultura de Massas no século vinte (o espírito do tempo)*. Rio de Janeiro, Forense, 1967, p. 17-208. Coleção culturas em debate.
- MUMFORD, L. *A Cidade na História*. Rio de Janeiro, Itatiaia, p. 641-719. Coleção Espírito do Nosso Tempo, 2º volume.
- OLIVEIRA, L. Percepção e Representação do Espaço Geográfico. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. de (Org.) *Percepção Ambiental. A Experiência Brasileira*. São Carlos, SP, Studio Nobel, Ed. da UFSCar, 1996.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana (O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1994.
- ROCHEFORT, M. *Dynamique de l'espace français et aménagement du territoire*. Paris, L'Harmattan, 1995.

- SANTOS, M. *Técnica Espaço Tempo (Globalização e meio técnico-científico informacional)*. São Paulo, Hucitec, 1994. Série "Linha de Frente".
- _____. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *Les Villes du Tiers Monde*. Paris, Éditions M.TH. Génin, Librairies Techniques, 1971.
- _____. *Pobreza Urbana*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____. *A Natureza do Espaço. Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SOJA, E. W. *Geografias Pós-Modernas. Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- SOUZA SANTOS, B. de. *Pela Mão de Alice (O social e o político na pós-modernidade)*. 2. ed. São Paulo, Cortez., 1996.
- _____. Uma categoria simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. In: *Espaço e Debates. Temporalidade: memória e cotidiano da cidade*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Ano XI, 1991, n. 33, p. 63-79.
- TABB, W. K. As cidades mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. *Reestruturação Urbana. Tendências e Desafios*. Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.
- VIGEVANI, T. *Terceiro Mundo. Conceito e História*. São Paulo, Ática, 1990.
- VILLAÇA, F. *A Estrutura Territorial da Metrópole Sul Brasileira*. Tese de Doutorado apresentada ao Dep. de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 1978 (mimeo).
- Fontes Estatísticas
- O MUNDO HOJE/93. *Anuário Econômico Geopolítico Mundial*. São Paulo, Ensaio, 1993.
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 1996. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Brasília, 1996.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

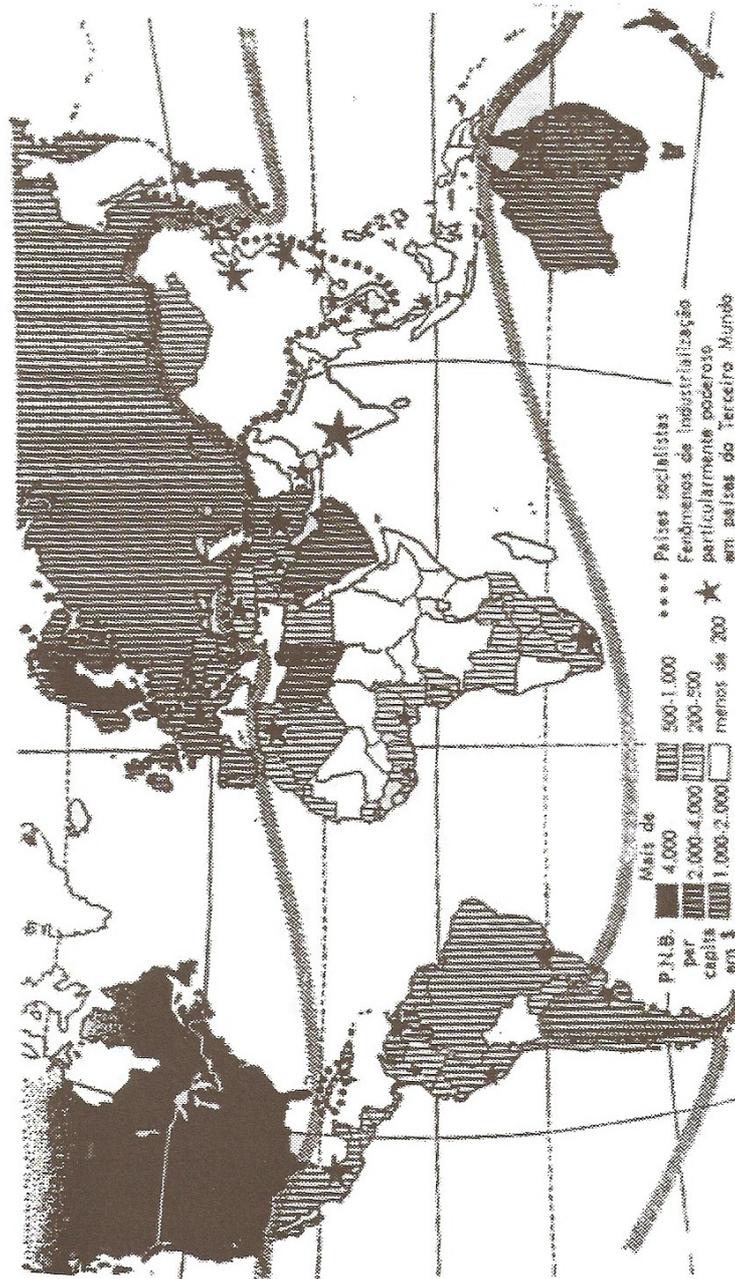
| Classif. IDH | Expectativa de vida ao nascer (anos) 1993 | Taxa de alfabetização de adulto (%) 1993 | Valor do IDH 1993 |
|------------------------|---|--|-------------------|
| Alto desenvolv. humano | 73,8 | 97,2 | 0,901 |
| Canadá | 77,5 | 99,0 | 0,951 |
| EUA | 76,1 | 99,0 | 0,940 |
| Japão | 79,6 | 99,0 | 0,938 |
| Holanda | 77,5 | 99,0 | 0,938 |
| Noruega | 77,0 | 99,0 | 0,937 |
| Finlândia | 75,8 | 99,0 | 0,935 |
| França | 77,0 | 99,0 | 0,935 |
| Suécia | 78,3 | 99,0 | 0,933 |
| Espanha | 77,7 | 98,0 | 0,933 |
| Suíça | 78,1 | 99,0 | 0,926 |
| Reino Unido | 76,3 | 99,0 | 0,924 |
| Alemanha | 76,1 | 99,0 | 0,920 |
| Itália | 77,6 | 97,4 | 0,914 |
| Grécia | 77,7 | 93,8 | 0,909 |
| Hong Cong | 78,7 | 91,5 | 0,909 |
| Coréia do Sul | 71,3 | 97,6 | 0,886 |
| Argentina | 72,2 | 96,0 | 0,886 |
| Uruguai | 72,6 | 97,0 | 0,883 |
| Chile | 73,9 | 94,7 | 0,882 |
| Portugal | 74,7 | 86,2 | 0,878 |
| Venezuela | 71,8 | 90,6 | 0,859 |
| México | 71,0 | 89,0 | 0,84 |

(continuação)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

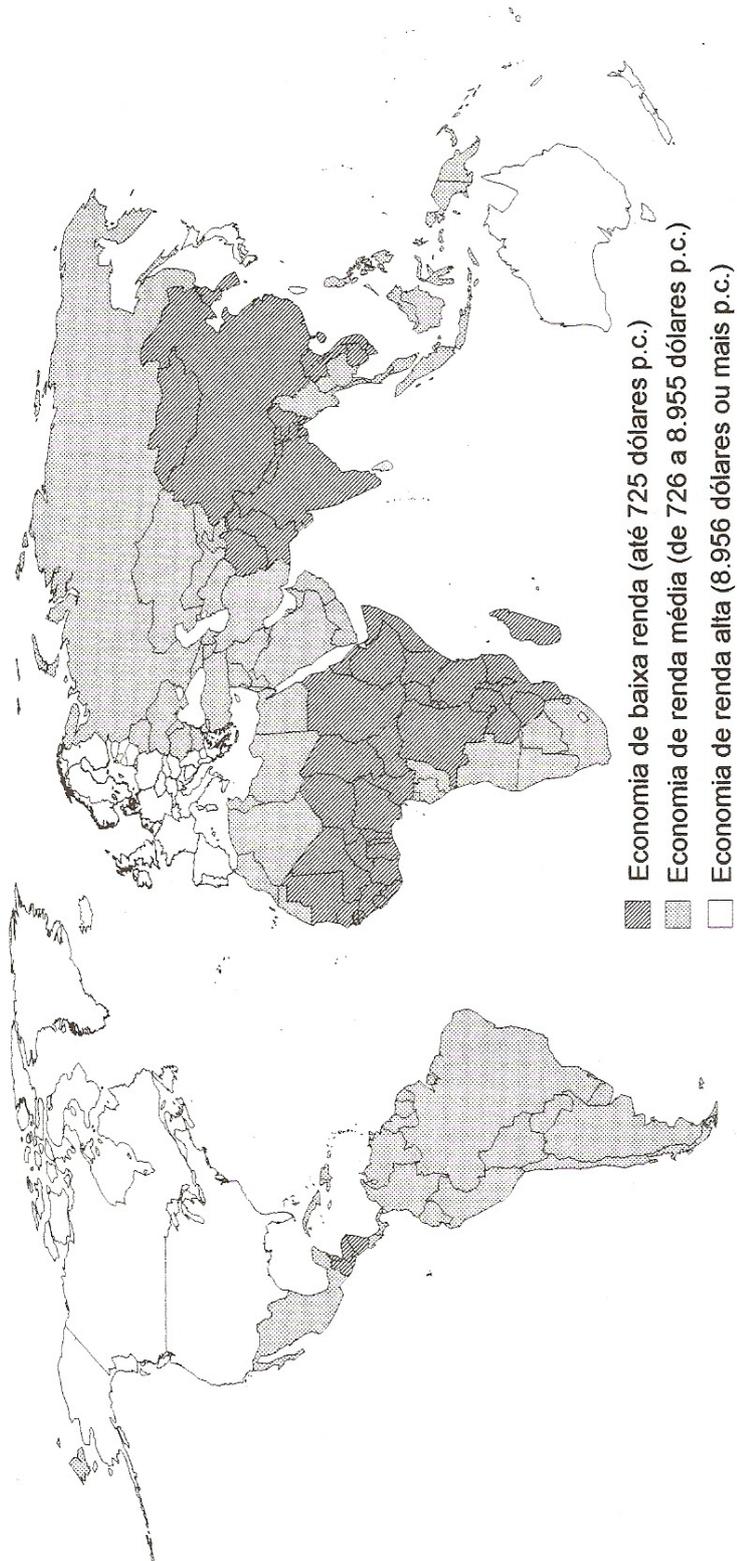
| Classif. IDH | Expectativa de vida ao nascer (anos) 1993 | Taxa de alfabetização de adulto (%) 1993 | Valor do IDH 1993 |
|-------------------------|---|--|-------------------|
| Colômbia | 69,4 | 90,6 | 0,840 |
| Malásia | 70,9 | 82,2 | 0,826 |
| Rússia | 67,4 | 98,7 | 0,804 |
| Brasil | 66,5 | 82,4 | 0,796 |
| Cuba | 75,4 | 95,2 | 0,726 |
| Paraguai | 70,1 | 91,5 | 0,704 |
| Peru | 66,3 | 87,8 | 0,694 |
| África do Sul | 63,2 | 81,0 | 0,649 |
| China | 68,6 | 80,0 | 0,609 |
| Bolívia | 59,7 | 81,5 | 0,584 |
| Guatemala | 65,4 | 54,6 | 0,580 |
| Quênia | 55,5 | 75,7 | 0,473 |
| Paquistão | 61,8 | 36,4 | 0,442 |
| Índia | 60,7 | 50,6 | 0,436 |
| Nigéria | 50,6 | 54,1 | 0,400 |
| Angola | 46,8 | 42,50 | 0,283 |
| Países em desenvolv. | 61,5 | 68,8 | 0,563 |
| Países industrializados | 74,3 | 98,3 | 0,909 |
| Mundo | 63,0 | 76,3 | 0,746 |

Fonte: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 1996



“Situações econômicas e novas industrializações”

Fontes: LACOSTE, Yves: Os Países Subdesenvolvidos. 15ª ed. DIFEL, São Paulo, 1981.



Fonte: Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1996.